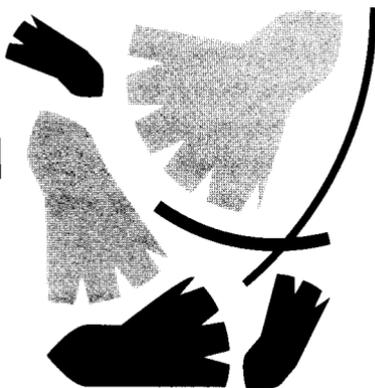


REVOLUÇÃO
PORTUGUESA
1974-1975



COORD.
FERNANDO
ROSAS

Maria Inácia Rezola

Manuel Loff

Albérico Afonso Costa

Fernando Oliveira Baptista

Ricardo Notonha

Hugo Castro

Pezarat Correia

Pedro Aires Oliveira

LISBOA

TINTA-DA-CHINA

MMXXII

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	9
DO GOLPE MILITAR À REVOLUÇÃO	11
<i>Fernando Rosas</i>	
O marcelismo e a crise final do regime	11
Recomposição e decomposição dos campos políticos	16
A conspiração de oficiais intermédios	21
Os cinco passos em direção ao golpe militar	28
Consequências do triunfo do movimento militar	38
DEFININDO O PODER POLÍTICO-MILITAR	43
(DO 25 DE ABRIL AO 11 DE MARÇO)	
<i>Maria Inácia Rezola</i>	
A revolução na história e a história da revolução	47
Do golpe de Estado à revolução	54
Sob o signo da questão colonial	58
I Governo Provisório (16/5/1974-10/7/1974)	59
Que lugar para o MFA? Debatendo o alcance do poder militar	64
Um programa de política económica e social	67
Epílogo: via de transição para o socialismo	71
A REVOLUÇÃO, DO 11 DE MARÇO AO	75
25 DE NOVEMBRO DE 1975: IMPULSO, AUGE E REFLUXO	
<i>Manuel Loff</i>	
A «via portuguesa para o socialismo»: revolucionária e/ou eleitoral?	
Um país dividido em dois	78
Um país dividido em dois. A rutura do «campo revolucionário»	95
1975 na excecionalidade da Revolução Portuguesa	113

DISPUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICA NAS COMISSÕES DE MORADORES E DE TRABALHADORES:	
O CASO DE SETÚBAL	121
<i>Albérico Afonso Costa</i>	
Um processo revolucionário rapidamente inflamado	124
Novas formas de organização social e política: o poder popular	133
A disputa política e ideológica nos órgãos de coordenação do «poder popular»	138
A questão do duplo poder	154
Em breve síntese	158
POLÍTICA AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA, 1975	163
<i>Fernando Oliveira Baptista</i>	
Agricultura familiar	169
Reforma Agrária	175
ECONOMIA E SOCIALISMO: O ANTIPLANO DE MÁRIO MURTEIRA	185
<i>Ricardo Noronha</i>	
O caminho não percorrido	185
Reconstruir a economia por via do socialismo	192
O planeamento na longa duração	210
A CANÇÃO DE PROTESTO NA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS	227
<i>Hugo Castro</i>	
Introdução	227
Coletivo de Ação Cultural: ascensão e queda	230
Avante Camarada, Avante!: o PCP e a «canção de intervenção»	236
«Sou o meu próprio Comité Central»: os músicos independentes	246
Vozes na Luta: o Grupo de Ação Cultural	254
Bandeira vermelha em riste! MRPP e coro popular	
«O Horizonte é Vermelho»	265
Conclusão	268

DESCOLONIZAÇÃO: O COLAPSO DO IMPÉRIO	271
<i>Pezarat Correia</i>	
As constantes nas retrações dos três ciclos do império português	271
Especificidade do encerramento do ciclo africano do império	276
Guerra Colonial, o grande paradoxo	279
Acordos espúrios	284
Do círculo vicioso à Lei 7/74	290
Complexidade da Guerra Colonial	296
Os vícios de perspetiva do colonizador	299
As possessões do Extremo Oriente	302
Os movimentos de libertação e a libertação de Portugal	308
Conclusão	310
A ESFERA DO POSSÍVEL: POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1974-1976)	313
<i>Pedro Aires Oliveira</i>	
O Estado Novo tardio: um «regime pária»?	314
Um desejo de mudança devidamente balizado	320
O Palácio das Necessidades: turbulência e adaptação	336
Conclusões	344

NOTA PRÉVIA

O presente volume sobre a Revolução Portuguesa de 1974-1975 corresponde, no essencial, às intervenções teóricas dos vários docentes e investigadores que participaram no seminário presencial organizado entre setembro e dezembro de 2021 pelo Instituto de História Contemporânea da NOVA/FCSH e que tive o prazer de coordenar. Aproveito para, mais uma vez, a todos agradecer a excelência do seu trabalho e a disponibilidade de o dar à estampa nesta edição que a Tinta-da-china aceitou viabilizar com o rigor e a qualidade que são a sua imagem de marca.

Desejo igualmente expressar o meu reconhecimento aos comentadores das várias comunicações, que tanto contribuíram para a qualidade dos debates e para o seu aprofundamento crítico. Por razões de contenção editorial, não é possível publicar os seus comentários, mas não posso deixar de agradecer ao José Manuel Cordeiro, ao José Pedro Castanheira, ao Francisco Bairrão Ruivo, ao João Madeira, ao Constantino Piçarra, à Elisa Lopes da Silva, à Sónia Vespeira, ao Mário Machaqueiro e ao José Manuel Pureza a sua preciosa contribuição.

A organização temática do presente livro segue o plano e a ordem dos debates do seminário. Neste ano de 2022, em que o tempo de duração da democracia ultrapassa o da ditadura e, por isso, se iniciam as comemorações do cinquentenário do

25 de Abril de 1974, possa esta obra coletiva contribuir para alargar o debate e o conhecimento dessa efeméride fundadora da revolução e da modernidade democrática portuguesa. Precisamente quando ela corre mais riscos nacional e internacionalmente e se ouve distintamente «o voo negro dos corvos sobre as nossas planícies».

Lisboa, março de 2022
Fernando Rosas

DO GOLPE MILITAR À REVOLUÇÃO

Fernando Rosas

Em finais de 1973, início de 1974, o velho Estado Novo agora em versão marcelista mergulha naquilo que hoje se pode considerar a sua crise agónica, a crise multimoda do fim do regime. Daí emerge o golpe militar que não só o derruba como, ao contrário de tantas outras quarteladas que abalaram a história contemporânea portuguesa, abre as portas ao processo revolucionário de 1974-1975. Abordar as origens e a lógica desse inusitado processo genético da revolução portuguesa é o propósito do presente texto.

O MARCELISMO E A CRISE FINAL DO REGIME

É hoje pacífico considerar que, esgotada a sua curta fase inicial e «primaveril», o regime liderado por Marcelo Caetano a partir de setembro de 1968 entra numa espécie de beco sem saída. Uma crise que, desde o início da década de 1970, respeita à própria capacidade de sobrevivência de uma ditadura esgotada, contraditória e sem soluções de alternativa a si própria.

O primeiro fator da crise — o mais imediatamente decisivo, o nó górdio do regime — era naturalmente o da Guerra Colonial que se prolongava sem saída à vista desde 1961, originando,

para além do esgotamento financeiro e da dificuldade de recrutamento de oficiais intermédios, um indisfarçável e surdo cansaço social largamente difuso, evidenciado por crescente mal-estar e agitação sociopolítica, a que não escapava a própria oficialidade intermédia. Era claro que a questão colonial se tornara o elo mais fraco da crise do regime e nenhuma saída era boa. Ou o Governo encontrava uma solução política para a guerra (e isso implicava quebrar o tabu da não-negociação com os movimentos independentistas, iniciar um processo de transição do próprio regime e correr o risco de um golpe da extrema-direita colonialista e ultramontana) ou a guerra acabava com o regime. Caetano não o quis entender dessa maneira nas duas respirações que traduzem a história do seu consulado: começou por tentar «liberalizar» continuando a guerra e, quando o descontentamento cresceu, continuou a guerra sem saída, congelando a «liberalização», enquanto a situação militar do exército colonial se agravava na Guiné e em Moçambique, a contestação ao regime e à guerra se alargava e radicalizava e a própria degradação do poder se acentuava.

Esta situação ocorria no contexto de um segundo fator de tensão: a grave crise económica em que mergulhava o capitalismo internacional no início dos anos 70 do século xx, com sérios reflexos em Portugal. Era o início do fim dos «30 anos de ouro» do desenvolvimento do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial, era a crise do modelo que lhe subjazera, assente na criação do Estado social e na governança consensual ao centro, em ambiente de acelerado crescimento e prosperidade. Apesar de tais feitos andarem longe da realidade política e social do Portugal salazarista, parece ser certo que os réditos dessa longa conjuntura viriam, pelo menos, a permitir que o re-

gime aguentasse financeiramente a Guerra Colonial nos anos 60 sem ruturas dramáticas, ainda que com o sacrifício do investimento público na edificação do Estado social, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da segurança social ou dos rendimentos do trabalho. Face à queda geral das taxas de acumulação e de lucro que feriam o crescimento do capitalismo, o mundo começava a mudar e a crise de transição do modelo sentia-se em Portugal, tanto mais que vinha associada a uma crise petrolífera que fizera disparar os preços dos derivados do petróleo e de toda a cadeia de bens e produtos dele dependentes. Era o fim das «vacas gordas» e o início das «vacas magras» sombriamente anunciado por Marcelo Caetano numa das suas «conversas em família». A inflação no país atingiu os dois dígitos, adotaram-se medidas de contenção salarial e da despesa pública, limitou-se a circulação automóvel e, em 1971 e 1972, nos bastidores políticos e militares do regime, começou a desenhar-se surdamente a ameaça da incapacidade financeira para sustentar a Guerra Colonial. A crise económica juntou-se ao cansaço social e à crescente recusa política da guerra e do regime no mundo urbano. Estavam criadas as condições para a tempestade perfeita, e os seus efeitos não se fizeram esperar, até porque desde as pseudoeleições de 1969 e da indignação e frustração originadas pelo seu processo fraudulento se assistia a uma radicalização geral da oposição ao regime.

No plano social, é preciso ter em conta as profundas «mudanças invisíveis» trazidas pelo processo de industrialização, proletarização, terciarização moderna, urbanização e alargamento do acesso ao ensino verificado desde o início dos anos 60 no eixo litoral de Braga/Setúbal. Ao mesmo tempo, o êxodo da população dos campos (para a emigração e para as cidades),